ALGUMAS QUESTÕES BÁSICAS SOBRE A PARTICIPAÇÃO

(excertos do capítulo 4 do livro *Escola e Transformação Social* de Danilo Gandin)

O subtema que me ocupa é a 'Participação da Comunidade no Planejamento e na Prática da Educação'. [...] Encontro aqui questões e problemas sobre os quais não posso passar sem, pelo menos, indicá-los.

1 - De fato, se trata aqui de uma transformação, de uma mudança de estruturas; não temos um sistema escolar em que haja esta participação do povo, sobretudo se pensarmos o povo com sua cultura. Educar parece ter sido uma ação que diretamente se pôs contra [...] a cultura do povo. Em vez disso, o sistema educacional tem funcionado para dar força a todo um processo mais amplo de ruptura cultural, direcionado por diretrizes essencialmente econômicas. Não há, em termos gerais, a escola para aperfeiçoar, para sistematizar e para enriquecer as aspirações do povo, para a compreensão maior do seu próprio existir para a solução mais adequada de seus problemas. [...]

É por isto que a proposta básica que possibilite a participação do povo, a partir de sua cultura, na educação, é uma nova ruptura [...]. Significa desativar mecanismos e ativar outros, significa revisar valores, significa aprofundar a humildade que permite reconhecer erros. [...] É claro, portanto, que [...] devemos alcançar uma visão global do problema e, na prática, trabalhar com esta visão global: só poderemos ter uma real participação do povo, dentro de sua cultura, quando não só a ESCOLA, mas a realidade global for transformada. Há, portanto, uma tarefa básica: lutar para que a humanidade reveja seu processo de desenvolvimento que prejudica grandes populações. Paralelamente, há uma tarefa tão importante como essa: a de ir resolvendo pontos específicos dentro dessa linha global. Para nós que trabalhamos em educação, esta tarefa, embora não possa se limitar a isso, deve ser desdobrada, essencialmente, no educacional e no pedagógico.

2. Agora os problemas continuam. As transformações sociais não acontecem por vontade de grupos esparsos ou de "heróis". Não adianta querermos alguns que algo aconteça em determinado momento da marcha histórica. E preciso que haja duas condições para que se processe uma transformação. A primeira [...] é um conjunto de aspirações e de exigências, às vezes expressas claramente, outras vezes, apenas indicadas, que formam uma espécie de tendência para uma direção. A segunda é a existência de grupos capazes, primeiro de reconhecer essa tendência, segundo de compreendê-las mais amplamente, de organizá-las, de desenvolver metodologias aptas a realizá-la.

Hoje, os sinais dos tempos nos chamam à participação, não apenas a uma participação concedida e controlada, mas a uma participação que signifique realmente uma posse do poder pelos grupos para orientarem sua ação na direção de uma nova sociedade que realize o grande ideal de ser, ao mesmo tempo, justa e livre. [...] Está chegado o tempo em que a participação deixa de ser aspiração para ser possibilidade.

E os grupos capazes? Somos nós e se não formos nós, juntamente com outros muitos que se multiplicam por essa nossa grande América, não será completa a luta. Precisamos ter motivação para a tarefa. Sabemos que ela é possível porque responde a um anseio da humanidade; [...] sabemos que ele é possível porque nos capacitaremos para isso. Realmente, precisamos ter capacitação. Essa capacitação requer, para ser completa, que seja feita em dois níveis ou em dois aspectos: a fundamentação em termos de participação, cultura, povo, escola e sociedade, etc. e a metodologia para a vivência da participação.

Está aqui uma segunda grande proposta de ação: a motivação e a capacitação das pessoas para participar (por vozes, para promover esta participação), segundo sua cultura, na escola. É claro que a participação, de início, será diferente conforme a "posição" da pessoa no contexto escolar mas o desejável é que o grau de participação entre todos vá se aproximando até o limite necessário para que a ação, continuamente transformadora, não se torne impossível. (Falaremos, depois, com pormenores, desta participação e de seus níveis).

3. Se isso parece um pouco global demais — julgo que não se encaminha nada com bons resultados se não houver uma visão global — a conclusão a que chegamos é profundamente prática. Nada tem de abstrata mas é totalmente concreta: para falar em participação do povo, a partir de sua cultura, na Escola, será necessário e suficiente que a escola seja do povo. Afora isto, haverá muita conversa, algumas aproximações mas nada que seja realmente firme e duradouro. Outras propostas podem parecer solução, terão vida, mas serão substituídas por outra novidade temporária.

É necessário, contudo, compreender que não há condições, em nossa sociedade, para que isso seja feito a curto prazo. É preciso um longo trabalho para que isso venha a acontecer. E este é um trabalho nosso, do dia-a-dia, concreto, que mude as estruturas com firmeza.

Porque, por outro lado, não adiantarão pequenas mudanças se a direção não for esta, a da real participação, tanto no trabalho como na decisão e como nos resultados (vide Revista de Educação AEC, n. 52, Brasília, em artigo de Francisco W. Ferreira). As pequenas mudanças têm sentido quando se dirigirem para esta mudança plena, transformação de estruturas e conversão dos corações, propondo e realizando a igualdade fundamental dos homens, com seus diversos valores e diversos desejos e, por isso, todos úteis na construção de uma escola e de uma sociedade. Não é tarefa fácil, embora seja mais fácil e mais realizadora do que fazer, fazer e fazer sem ter um rumo, um fim para a ação.

[...] As formas de participação do povo na escola, como muitas outras ações que desenvolvemos, podem se colocar num ponto e noutro de uma linha em cujos extremos está, como resultado, de um lado, a conservação e do outro a transformação.

Este tipo de participação que é colaboração está, nesta linha, do lado conservador. Quando o realizamos, estamos sendo funcionalistas, estamos dizendo: esta sociedade nos serve, é

assim que nós a queremos fundamentalmente; necessitamos apenas aperfeiçoá-la, melhorá-la. Ora, para nós cristãos ou para qualquer pessoa de boa vontade, esta sociedade não serve. E somos convocados a fazer uma análise estrutural e ver que a melhoria real requer a transformação estrutural, isto é, a ruptura. Daí que, ao se analisar a participação prática, a que hoje acontece, precisamos vê-la próxima ou distante da proposta de ruptura estrutural. Não condenaríamos alguém que desse bastante aspirina a um doente grave de tuberculose: esta aspirina ajudaria a baixar a febre e a tirar a dor. Mas não poderíamos dizer que ele está fazendo o que seria adequado: ministrar ao doente o necessário antibiótico para terminar com a doença e não só com a febre. Assim, não é que a colaboração seja uma forma perniciosa de participação; mas ela não vai resolver o problema.

O segundo nível de participação que verificamos no Brasil também não alcança afastar-se muito de um desejo de melhoria numa linha de conservação, talvez de transição, não de ruptura. E o nível que chamamos de decisão. Cada vez mais, até com certa ênfase e frequência, os professores primeiro e, depois, os pais e até os alunos são chamados para decidir determinados pontos, geralmente escolhendo entre duas ou três alternativas já de antemão indicadas pelo dirigente.

É mais complicado compreender este nível de participação: sua ambiguidade é maior porque ele apresenta uma grande atração sobre as pessoas, porque, afinal, elas estão decidindo. Mas, ao mesmo tempo, esta decisão pode ser controlada pelos "chefes", desde o próprio objeto da decisão até as alternativas que são permissíveis.

Em muitos pontos, este tipo de participação é realizado e dele se utilizam também – e muito – pessoas de boa vontade que querem, realmente, proporcionar participação real. Nesse caso, o que tem faltado é a globalização (que limita a participação mesmo que haja boa vontade) e uma metodologia adequada (que permitisse desenvolver esta participação sem a multiplicação de grandes assembleias que cansam as pessoas e impedem que todos, realmente, participem).

O terceiro nível de participação ainda existe mais como proposta do que como realização: é o que chamarei, na falta de palavra mais adequada, de construção em conjunto. Muitas escolas iniciaram e algumas já se firmaram inteiramente nesse tipo de participação. Em geral isto tem acontecido através da implantação de um processo participativo de planejamento [...]. Pelas características de globalização e de crescimento que ele proporciona, este processo de planejamento tem sido eficaz para firmar a participação real.

É um processo em que as pessoas realmente participam porque a elas são entregues não só decisões específicas mas os próprios rumos que se deva imprimir à escola. Os diversos saberes são valorizados, cada pessoa se sente construtora — e realmente o é — de um todo que vai fazendo sentido à medida que a reflexão atinge a prática e esta vai esclarecendo a compreensão e à medida que resultados práticos são alcançados em determinado rumo.